



16. As salas, escritórios e as instalações relacionadas à Conferência, bem com a área da Conferência, constituirão áreas das Nações Unidas dentro da interpretação do Artigo II, Seção 3 da Convenção, e o acesso a tais áreas estará sujeito à autoridade e controle das Nações Unidas. Estas áreas serão invioláveis durante a Conferência, inclusive durante a etapa preparatória e o seu desfecho. Os documentos relativos à Conferência serão considerados dentro da interpretação do Artigo II, Seção 4 da Convenção.

17. O Governo se responsabilizará por lidar com qualquer ação, reivindicação ou outra demanda contra as Nações Unidas ou seus funcionários originadas de:

- a) Lesão ou dano a pessoas ou perda de propriedade nas áreas da Conferência providas ou sob o controle do Governo;
- b) Lesão ou dano a pessoas ou perda de propriedade causada por ou incorrida na utilização dos serviços de transporte fornecidos ou sob o controle do Governo;
- c) O emprego na Conferência do pessoal fornecido ou aranjado pelo Governo.

18. O Governo deverá indenizar ou isentar as Nações Unidas ou os seus funcionários em relação a qualquer ação, reivindicação ou demanda, exceto onde as duas Partes concordem que tal dano, perda ou lesão seja causado por negligência grosseira ou má conduta dos funcionários das Nações Unidas.

19. Qualquer litígio relacionado à interpretação ou à execução deste acordo, exceto o litígio sujeito às cláusulas apropriadas da Convenção ou a qualquer outro acordo aplicável, deverá ser solucionado através de negociações ou por qualquer outro meio pelo qual as Partes possam acordar.

20. Esta troca de notas entre o Governo e as Nações Unidas poderá ser modificada por escrito.

Proponho ainda que, no recebimento por escrito da sua confirmação sobre o exposto acima, esta troca de notas confirme o entendimento entre o Brasil e as Nações Unidas sobre a realização da Conferência Regional da América Latina e do Caribe da Década Internacional dos Afrodescendentes, o qual entrará em vigor na data de sua resposta e permanecerá em vigor durante o período da Conferência e por período adicional que seja necessário para a sua preparação e para todas as questões relativas a quaisquer das suas cláusulas a serem ajustadas.

Queira, Excelência, aceitar os meus protestos da mais alta consideração.

ZEID RA`AD AL HUSSEIN
Alto Comissário das Nações Unidas
para os Direitos Humanos

ANEXO 1

INSTALAÇÕES E QUADRO DE PESSOAL PARA A CONFERÊNCIA REGIONAL DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE DA DÉCADA INTERNACIONAL DOS AFRODESCENDENTES

3 - 4 de dezembro de 2015

A. Salas da Conferência

As salas seguintes, com todas as instalações listadas, deverão ser disponibilizadas por dois dias durante toda a Conferência:

i) Salão da Plenária:

1. 300 lugares, incluindo o público e a imprensa, equipados para interpretação simultânea em 3 idiomas, pódio com, pelo menos, 5 microfones e microfone sem fio para o público

2. Conexão Wi-Fi à internet, 2 projetores conectados a computadores e 2 telas

3. Um balcão de distribuição de documentos

4. Sistema de gravação de som e um técnico para gravar o processo e controlar o som na sala

ii) 2 salas sem interpretação para outras reuniões

iii) 1 sala de imprensa capaz de acomodar até 30 pessoas, com um pódio instalado para cinco (5) oradores e microfones.

B. Escritórios

i) Alto Comissário - 1 escritório e uma sala de reuniões com mesa, 6 cadeiras e conjunto de sofá

ii) 1 escritório para o Diretor do EACDH (2 funcionários)

iii) 2 escritórios para funcionários do EACDH (6 funcionários)

iv) 1 escritório para o Presidente

v) 1 escritório para o Relator

Os quatro escritórios sob i), ii) e iii) acima deverão estar próximos um do outro e próximos ao Salão da Plenária. Deverão estar equipados com computadores (4) conectados a impressoras (2) com acesso Wi-Fi.

Conexão Wi-Fi à Internet deverá ser disponibilizada gratuitamente para todas as mesas de trabalho no centro da Conferência, inclusive no Centro de Mídia.

C. Outras Áreas

i) Credenciamento e Registro: Um balcão grande deverá ser disponibilizado para o registro de todos os participantes com equipamento para crachás instalado, equipado com pontos de eletricidade para computadores, impressoras e fotocopiadoras, bem como telefones e mobiliado apropriadamente com mesas e cadeiras.

ii) Centro de Reprodução de Documentos equipado com equipamento para reprodução de documentos (fotocopiadoras, estantes, mesas, carrinhos etc.).

iii) Área do Salão das ONGs equipada com mesas, PCs e impressoras, cadeiras, mesas e fotocopiadora para uso das diversas ONGs.

iv) Escritório da Coordenação e Segurança da Conferência equipado com telefone, PC e impressora.

D. Veículos para Uso Oficial

O Governo Anfitrião fornecerá para uso oficial das Nações Unidas os seguintes veículos com motoristas:

- i) 1 automóvel para o Alto Comissário.
 - ii) 1 veículo utilitário para os funcionários do EACDH.
- E. Funcionários Locais:
- i) 2 Secretários(as)(inglês/espanhol/português)
 - ii) 3 funcionários para registro e credenciamento
 - iii) 1 funcionário para entrega de documentação
 - iv) 2 funcionários para a reprodução de documentos
 - v) 3 assistentes e contínuos para a sala da Conferência
 - vi) 2 Motoristas somente para os veículos oficiais
 - vii) 1 operador de computador
 - viii) 2 técnicos de som para as salas de reunião."

Em nome do Governo brasileiro, tenho o prazer de confirmar a aceitação dos arranjos propostos na sua nota. Esta comunicação, juntamente com a nota supramencionada, constitui um Acordo entre o Governo do Brasil e as Nações Unidas e entrarão em vigor na data da presente nota, permanecendo em vigor pela duração da Conferência.

Queira aceitar os protestos de mais alta consideração.

REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP
Representante Permanente do Brasil junto às
Nações Unidas em Genebra

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 536, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o que consta no Processo nº 48000.000687/2015-11, e

considerando a relevante necessidade de automatizar os processos de trocas de informações entre este Ministério e os agentes do mercado de energia elétrica, com vistas ao aumento de confiabilidade, segurança e agilidade na comunicação, resolve:

Art. 1º Os Agentes de Distribuição de energia elétrica deverão apresentar as Declarações de Necessidade, para os leilões de energia, por meio do Sistema Eletrônico denominado "Declaração Digital de Necessidades - DDIG", a ser disponibilizado no endereço eletrônico do Ministério de Minas e Energia, no sítio www.mme.gov.br.

§ 1º A Secretaria de Energia Elétrica deste Ministério fica responsável pela gestão do Sistema DDIG e deverá elaborar instruções complementares para o seu uso.

§ 2º Os demais Órgãos do Ministério deverão prestar-lhe suporte técnico-operacional necessário.

§ 3º Fica estabelecida a coexistência entre o procedimento atual e o novo Sistema, válida somente para as duas próximas solicitações de Declaração de Necessidade, de modo a assegurar período de transição.

§ 4º Terminado o período de transição, somente será aceita a Declaração de Necessidade por meio do Sistema DDIG.

§ 5º As Declarações de Necessidade por meio eletrônico, uma vez apresentadas pelos Agentes de Distribuição, serão consideradas irrevogáveis e irretiráveis e servirão para posterior celebração dos respectivos Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR.

Art. 2º Para fins de garantia de autenticidade de origem e autoria, de integridade de conteúdo, de confidencialidade e de irretirabilidade das operações realizadas pelo Sistema DDIG, os Agentes de Distribuição de energia elétrica deverão utilizar Certificado Digital fornecido por Autoridade Certificadora credenciada pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil.

Art. 3º A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e os Agentes de Distribuição deverão tomar as providências necessárias para o devido cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BRAGA

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 5.584, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.001607/2015-97. Interessado: Usina Termelétrica Pampa Sul S.A.. Objeto: Autoriza o acesso provisório da Usina Termelétrica - UTE Pampa Sul ao sistema de transmissão por meio de conexão na Subestação Candiota. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEY DONIZETE RUFINO

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL

Em 1º de dezembro de 2015

Nº 3.869 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, e com base no que consta no Processo nº 48500.005692/2013-09, decide conhecer e não dar provimento ao recurso da COSERN - Companhia Energética de Brasília, interposto em face do AI nº 0065/2015-SFE, de 2 de junho de 2015, que estabeleceu a pena de Advertência pelo não cumprimento da metodologia estabelecida pela Resolução Normativa nº 89/2004 para calcular a diferença mensal de receita referente a subvenção econômica concedida à Subclasse Residencial Baixa Renda.

Nº 3.871 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003326/2014-98, decide por conhecer e dar provimento ao pleito das Centrais Elétricas do Pará S/A.- CELPA para determinar que: (i) sejam adotados como limites de consumo específico de combustíveis para fins de reembolso pela Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, no período de 1º/7/2015 a 1º/7/2016, ou até o início do faturamento dos novos contratos de compra de energia elétrica, o que ocorrer primeiro, os valores constantes do Anexo II da Resolução Normativa nº 427, de 2011, para as seguintes localidades: de Aveiro, Chaves, Santa Cruz do Arari, Faro, Cachoeira do Arari, Curuá, Cotijuba, Jacareacanga, Anajás, Prainha, Afuá, Oeiras do Pará, São Sebastião da Boa Vista, Muaná, Gurupá, Terra Santa, Porto de Moz, Almeirim, Salvaterra, Soure, Monte Alegre, Santana do Araguaia, Alenquer, Juruti.

Nº 3.872 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.006424/2014-87, decide conhecer do Pedido de Reconsideração interposto pela Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AmE em face do Despacho nº 3.464, de 13 de outubro de 2015, e, no mérito, negar-lhe provimento, para manter a decisão de indeferir o pedido da Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AmE para entrar em operação comercial a Linha de Transmissão 230 kV Lechuga - Jorge Teixeira C3, em 138 kV, sem instalar do Sistema de Medição para Faturamento - SMF nas conexões aos barramentos 138 kV das Subestações Lechuga 230/138 kV e Jorge Teixeira 230/138 kV.

Nº 3.879 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.001573/2013-79, decide conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - Ceron e, no mérito, negar-lhe provimento, para manter, na íntegra, a multa de R\$ 1.223.104,42 (um milhão, duzentos e vinte e três mil, cento e quatro reais e quarenta e dois centavos), a ser recolhida conforme a legislação vigente, imposta pelo Auto de Infração nº 8/2014-SFE, por infrações relacionadas à prestação de serviço inadequado e de não encaminhamento, para anuência prévia, do contrato com a parte relacionada.

Nº 3.882 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA-ANEEL, no uso das atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o constante dos Processos nº 48500.002033/2013-11 e 48500.003317/2013-16, decide: conhecer o Pedido de Reconsideração interposto pela Electra Power Geração de Energia S.A., em face do Despacho nº 2.098, de 27 de junho de 2014, emitido pela Superintendência de Gestão e Estudos Hidroenergéticos - SGH, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento para: conceder o aceite ao projeto básico apresentado pela Electra Power Geração de Energia S.A; negar o pleito de invalidação do aceite concedido à TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A; e determinar a Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração - SCG que proceda a hierarquização das empresas com vistas a implantação e exploração da Usina Hidrelétrica Estrela, localizada no rio Verde, integrante da sub-bacia 60, no estado de Goiás .

ROMEY DONIZETE RUFINO

RETIFICAÇÕES

Na íntegra das Resoluções Autorizativas nº 5.424, 5.425, 5.426 e 5.427, datadas de 25 de agosto de 2015, disponíveis no endereço eletrônico <http://www.aneel.gov.br/biblioteca>, constantes dos Processos nº 48500.003249/2011-23, 48500.003176/2011-70, 48500.003895/2013-52 e 48500.003174/2011-81, publicadas em resumo no DOU de 1º de setembro de 2015, seção 1, página 36, nº. 167, no art. 5º, onde se lê "A presente outorga de autorização vigorará pelo prazo de 30 (trinta) anos, a contar da data de publicação desta Resolução Autorizativa", leia-se "A presente outorga de autorização vigorará pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos, a contar da data de publicação desta Resolução Autorizativa".

Na Resolução Homologatória n. 1.986, de 11 de novembro de 2015, publicada no D.O. n. 220, de 18 de novembro de 2015, Seção 1, página 47, v. 152, constante do Processo n. 48500.003655/2015-10, disponibilizada no endereço eletrônico <http://www.aneel.gov.br/biblioteca/>, retificar a tabela 2.b do Anexo referente à Coelba, incluindo a unidade consumidora Dow Brasil.